

**PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA
FEMINISTA ACADÊMICA NO BRASIL E A REVISTA
ESTUDOS FEMINISTAS NA DÉCADA DE 90¹**

**CONSTRUCTION PROCESSES OF ACADEMIC FEMINIST
ACTIVISM IN BRAZIL AND THE *REVISTA ESTUDOS*
FEMINISTAS IN THE 90S**

Janai Harin LOPES*

Resumo: A proposta deste trabalho é estabelecer relação entre a agenda feminista das décadas de 1980 e 1990 no Brasil e a chamada institucionalização dos feminismos e do gênero, com o surgimento da Revista Estudos Feministas (REF) – UFSC publicada pela primeira vez no ano de 1992, para se pensar o cenário da emergência de uma militância feminista na academia brasileira em contrapartida a um pensamento autonomista dentro do movimento. A partir dos debates gerados em torno da eclosão da categoria gênero, mediante revisão bibliográfica e análise dos artigos publicados na revista, se objetiva investigar quais foram os embates e as contribuições provenientes da relação entre a produção feminista acadêmica e a militância feminista para o cenário, e como a revista se enquadrou na luta por legitimidade e contra as desigualdades.

Palavras-chave: Feminismos brasileiros, militância feminista acadêmica, historiografia feminista, anos 90.

Abstract: The purpose of this paper is to establish a relationship between the feminist agenda of the 1980s and 1990s in Brazil and the so-called institutionalization of feminisms and gender, with the appearance of the journal Revista Estudos Feministas (REF) - UFSC, which was first published in 1992, in order to understand the emergence of feminist activism in Brazilian academia as opposed to autonomist thinking within the movement. Based on the debates generated around the emergence of the gender category, through a bibliographical review and analysis of the articles published in the journal, the aim is to investigate the clashes and contributions arising from the relationship between academic feminist production and feminist activism to the scenario, and how the journal was framed in the struggle for legitimacy and against inequalities.

Keywords: Brazilian feminisms, academic feminist activism, feminist historiography, 1990s.

O objetivo deste trabalho consiste em historicizar os processos que levaram à construção de uma militância feminista acadêmica no Brasil, da relação entre o movimento feminista e instituições como as universidades, e a produção feminista acadêmica no país, a fim de perceber se, de fato, teoria e prática constituem mutuamente elementos de contribuição, ou o contrário, se são antagônicos. Além disso, objetiva-se discorrer sobre a recepção e os impactos que a categoria gênero exerceu tanto no âmbito da militância, quanto no próprio ambiente científico da década de 1990.

* Mestranda em História - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, SC – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: janaih.historia@gmail.com.

A fonte para tal análise será a Revista Estudos Feministas, uma revista explicitamente engajada com as pautas do feminismo desde seu primeiro número, publicado em 1992, a fim de examinar como a revista constituiu, ao mesmo tempo, agente e resultado do cenário. Além disso, também se visa analisar como a revista se posicionou tanto em relação às dúvidas que se colocam a partir da desconfiança da militância diante da academia, e vice-versa, da academia diante de pautas advindas do vocabulário da militância.

Todo o acervo da Revista Estudos Feministas encontra-se em plataforma digital, além de ser indexada em oito bases, como Scientific Electronic Library On Line (SCIELO), Hispanic American Periodicals Index (HAPI), e International Political Science Abstracts (IPSA). O levantamento das publicações da revista está ilustrado no quadro abaixo, que dimensiona a fonte em 15 edições, somando 14 dossiês que contém 99 artigos, além de mais 85 artigos publicados na seção de artigos livres, 2 ensaios, 133 resenhas e 12 pontos de vista. Será mediante estes dados, intercalados à análise de artigos publicados na revista, trechos dos editoriais, e do levantamento bibliográfico de pesquisadoras que se debruçaram a pesquisar o período, que este trabalho será feito, explicitando o engajamento, propósito e público-alvo da Revista Estudos Feministas, em comparação com a agenda feminista do contexto. O quadro 1 corrobora com a investigação na medida em que ilustra e dimensiona as publicações da REF por volume e dossiê, feitas em toda a década de 90.

Quadro 1 - Revista Estudos Feministas – Brasil (1992-1999)

Volume	Temática do Dossiê	Artigos Dossiê	Artigos Livres	Ensaio	Resenhas	Ponto de Vista
1992, v.0, n.0	Mulher e Meio Ambiente	5	6	0	10	0
1993, v.1, n.1	Mulher e Violência	9	6	0	11	0
1993, v.1, n.2	Mulher e Direitos Reprodutivos	9	5	0	9	1
1994, v.2, n.2	Leila Diniz	8	8	0	12	1
1994, v.2, n.3	O Feminismo Hoje	3	8	0	8	1
1995, v.3, n.1	A 4ª Conferência Mundial da Mulher	7	10	0	9	1
1995, v.3, n.2	Mulheres Negras	12	5	0	9	2
1996, v.4, n.1	Ações Afirmativas	11	5	0	10	1
1996, v.4, n.2	Políticas Públicas e Pobreza	5	5	0	9	1

1997, v.5, n.1	Gênero e Velhice	9	4	0	7	0
1997, v.5, n.2	Aborto	8	6	0	9	1
1998, v.6, n.1	Novas Tecnologias Reprodutivas	4	5	0	10	1
1998, v.6, n.2	Masculinidade	4	5	0	11	1
1999, v.7, nº 1 e 2	Mulheres Indígenas	5	7	2	9	1

Fonte: Acervo Online – REF. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>.

Uma ampla historicização já foi dedicada, por diversos autores, sobre a conjuntura política que se deu no Brasil, ao sair de uma ditadura militar, adentrar em um momento de abertura política e democratização, e o desenrolar disso. Entretanto, aqui já se explicita que a concepção pela qual este artigo trilhará usa como arcabouço teórico a vasta produção feita por autoras que partem da perspectiva da história das mulheres, da teoria feminista e dos estudos de gênero em suas pesquisas, para dar visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos. Isto porque, como indicou Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), foram as pesquisadoras que partiram das categorias “mulher”, “mulheres” e “gênero” para questionar a exclusão da representação das mulheres na produção científica e na historiografia (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 281). As autoras apontam que a emergência da história das mulheres no Brasil se deu a partir do final da década de 1960, e que pesquisar e produzir uma história por esta perspectiva implicava na “negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal” (SOIHET e PEDRO, 2007, p.286), o que desbancou inclusive, ao avançar das discussões, a afirmativa de que a categoria “mulher” seria homogênea, passando a ser compreendida como igualmente excludente, tal qual “homem”.

É clássico que autoras apontem em suas análises o ano de 1975 como o marcador de “origem” do movimento feminista no Brasil, devido tanto à instituição pela União das Nações Unidas (ONU) do ano e da década da mulher, quanto ao fortalecimento de diversos grupos feministas e movimentos de mulheres (SILVA, 2019). Segundo Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg (1994), as comemorações em torno do Ano Internacional da Mulher contribuíram para o surgimento de vários grupos de estudo ou de reflexão, chamados de grupos de consciência/conscientização, parecidos com o do cenário internacional. Esse feminismo que ressurgiu no Brasil na década de 70, articulado em torno da afirmativa de que “o pessoal é político”, questionava a divisão sexual do trabalho, o papel da mulher na família e na sociedade, visando uma transformação mais abrangente nas relações

humanas com foco na eliminação das discriminações sociais entre os sexos. E essa crescente mobilização das mulheres em torno das questões específicas à condição e realidade feminina na sociedade teve ressonância na academia (COSTA e SARDENBERG, 1994, p. 390).

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), fazendo um comparativo entre cenário estadunidense e cenário brasileiro, afirmaram que estes estudos emergiram nas universidades americanas na década de 70 nas ciências sociais. A diferença foi que lá as feministas acadêmicas, pelo avanço na crítica à organização científica e profissional dominante, principalmente via docência, criaram novos cursos e espaços de formação nas universidades, impulsionando a reflexão sobre a experiência das mulheres e as aspirações feministas. No Brasil, a incorporação destas categorias na academia, inscrita em um momento nomeado por algumas autoras de institucionalização dos feminismos e do gênero, seguiu um caminho distinto do norte-americano, caracterizado como "menos radical" porque, ao invés de construírem espaços próprios e alternativos, as brasileiras integraram-se à dinâmica da comunidade científica, mesmo com seu viés tradicional, visando primeiramente obter reconhecimento do valor científico de suas pesquisas e de ser uma pesquisadora (COSTA, SARDENBERG, VANIN, 2010, p. 60).

Em 1979 um passo importante foi dado com a criação do grupo de trabalho (GT) Mulher e Força de Trabalho, na Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), e no ano seguinte, a criação do grupo de trabalho (GT) Mulher e Política, e do Núcleo de Estudos da Mulher na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A formação deste núcleo incentivou a criação de diversos outros núcleos de pesquisas em outras regiões do país (COSTA, SARDENBERG, VANIN, 2010, p. 58). Costa, Sardenberg e Vanin lembram que, em 1983 foi criado o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na Universidade Federal da Bahia. Nas associações científicas houve grande impulso e moção de recursos para estas pesquisas com a criação de grupos de trabalho na Associação Nacional de pesquisa em educação, na Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de estudos populacionais, Associação Nacional de Pesquisa em História, Associação Brasileira de Literatura Comparada, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho em Psicologia Social, e na pesquisa em letras e literatura. As autoras enfatizam o protagonismo e importância dos concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford que forneceu bolsas e auxílios de pesquisa para estes temas no final da década de 70. Tudo isso serviu como estímulo para uma produção científica de

qualidade (COSTA, SARDENBERG, VANIN, 2010, p. 59). Adiante falaremos das dificuldades enfrentadas por estas acadêmicas.

No Brasil, a partir dos anos 80 os movimentos de mulheres e feministas buscaram espaços nas universidades na forma de núcleos de estudos, laboratórios, institutos, como iniciativas que colaboravam para que o feminismo se tornasse um campo de conhecimento legitimado, além de um campo discursivo de atuação e de ação feminista. A emergência dessa chamada institucionalização dos feminismos no Brasil é marcada pela criação de núcleos de estudo e pesquisa sobre mulheres, influenciando toda uma geração de mulheres e jovens que passaram a se identificar como feministas. Sonia Alvarez (2014) afirma que a história oficial do feminismo proclamaria que nesse momento de redemocratização o feminismo se institucionalizou, e foi um momento que muitas se reposicionaram e redirecionaram suas forças para adentrar nas mais variadas instituições da sociedade civil, inclusive nas masculinistas.

As autoras Joana Maria Pedro e Marisa Barlleto (2019) ressaltam que, com a redemocratização dos anos 80, iniciou-se uma “onda” de ganhos para as mulheres, e que estes só foram alcançados através da sua participação em instituições governamentais ou pela atuação em partidos, em ONGs, em instituições de pesquisa e ensino, e etc. Destes anos em diante, segundo as autoras, observou-se a ascensão de núcleos de estudos especializados em história das mulheres, dos feminismos, da condição feminina, dos estudos de gênero, e das sexualidades nas universidades. Outro benefício apontado pelas autoras foi a mobilização de recursos para pesquisa e ocupação de lugares na academia que foram dando legitimidade a estes campos de estudo engajados em assuntos que até então só faziam parte do vocabulário do movimento social (PEDRO, BARLLETO, 2019, p. 10)

Para melhor compreender o cenário internacional *versus* o cenário nacional, foi no final da década de 1980 que conceito de gênero foi definido pela historiadora Joan Scott (1995). As feministas que reivindicavam o uso do termo gênero, visavam enfatizar o caráter social da construção das diferenças entre sujeitos a partir do seu sexo, no intuito de problematizar e desconstruir as relações de hierarquia entre homens e mulheres. Joana Maria Pedro (2010), pensando os anos 80, nos aponta que esta década é considerada pelo feminismo internacional como o período da emergência das categorias “mulheres” e “gênero”. Não obstante, a historiadora afirma que no Brasil, e em outros países do Cone Sul, “mulher” continuava presente nos títulos historiográficos (cenário que perdurou até os anos 1990). Uma forma de se comprovar este argumento é do fato de que, em 1989, lançou-se, na *Revista Brasileira de História*, um número dedicado à

categoria “mulher”, intitulado *A mulher no espaço público*, já que, para o momento, falar de mulher na história, significava, sobretudo, avançar no debate e reparar a exclusão; isso pensando que uma revista científica tem por função a divulgação de debates atualizados dentro das temáticas as quais se propõe. (PEDRO, 2010, p. 271). Pedro aponta como sendo nos anos 90 a grande divulgação da categoria Gênero no Brasil, com a historiadora norte-americana Joan Scott, mencionada anteriormente como referência internacional, despontando no debate. Publicado nos Estados Unidos em 1986, e traduzido no Brasil em 1990, o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, é citado incansavelmente até os dias de hoje, com destaque para o trecho que define que “(...)gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Para diagnosticar o desenrolar da incorporação da categoria “gênero” no Brasil, Costa e Sardenberg (1994) abordaram em seu texto o primeiro Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras, promovido pela USP, que ocorreu em março de 1991, no qual se reuniram representantes de diversos núcleos de estudo para discutirem os problemas e dificuldades enfrentados nesses centros de pesquisas. Segundo as autoras, o principal diagnóstico denunciado no encontro foi que estavam sendo criados “guetos femininos” dentro das universidades: 1) ou porque esses núcleos de estudos eram frequentados majoritariamente ou exclusivamente por mulheres; 2) ou porque o seu alcance e circulação era somente entre mulheres, ainda que já se trabalhasse com a categoria gênero enquanto relacional, o que ampliava e possibilitava diálogo com outras categorias e sujeitos. E ainda que um defeito que se possa apontar sobre esses núcleos de estudos seja, como as autoras chamam de “síndrome do umbigo”, ou seja, que sua limitação estaria atrelada ao fato de que são mulheres, escrevendo sobre mulheres, para mulheres, há que se levar em conta as dificuldades ou mesmo hostilidades enfrentadas por esses mesmos grupos no ambiente acadêmico machista. E não somente.

A partir da metade da década de 80 algumas feministas começaram a questionar a força do próprio movimento, inclusive indicando que ele estaria se enfraquecendo e perdendo autonomia, isto porquê, como já referenciado anteriormente, foi neste cenário o início da participação em diferentes instituições de mulheres adentrando o sistema. (PEDRO, BARLLETO, 2019, pp. 5-6). Nesse âmbito de tensões entre militância e academia, a reflexão sobre a ascensão da categoria gênero e a crítica de que esta categoria teria “despolitizado o feminismo” tornou-se recorrente na militância.

A principal disputa se deu entre essas feministas que estavam adentrando os espaços nacionais e internacionais da política institucional nos partidos, nas universidades, e nas próprias ONGs, e aquelas que autodenominavam-se "feministas autônomas", e faziam uma crítica feroz e frontal de que as mulheres que estavam aliadas ao movimento de institucionalização eram "traidoras" do verdadeiro feminismo e haviam "se vendido" às forças patriarcais do neoliberalismo global (ALVAREZ, 2014, p. 29). Assim, apontavam que não só academia, mas também as ONGs estariam despolitizando o movimento feminista e a organização das mulheres, distanciando discurso, realidade e prática, em especial a categoria "gênero". As que eram contra afirmavam que a proliferação dos núcleos de pesquisa e das ONGs fazia parte da consolidação do projeto neoliberal para o Brasil, como estratégia para o deslocamento do enfrentamento político classista e feminista para o lema de participação e cidadania.

Outra crítica era que gênero desvinculava as relações de poder da materialidade e dava ênfase a uma dimensão simbólica. A noção de construção discursiva por essa crítica estaria distanciando as mulheres das lutas cotidianas pela sua emancipação. (PEDRO, BARLLETO, 2019, p. 7). Resultado disso, as autoras apontam que no Brasil, a chegada dos anos 90 modificou o movimento feminista pois os vínculos entre as intelectuais feministas e os movimentos de mulheres começaram a enfraquecer.

E, retomando a hostilidade sofrida no meio acadêmico, pensando no que estas pesquisadoras sofreram no campo da disciplina histórica, Joana Maria Pedro (2010) afirmou que a acusação feita pela historiografia no geral, com relação aos estudos feministas e de gênero foi, desde o começo, de que esta seja uma "história militante", e não "científica" (ainda que tivessem abandonado, teoricamente, a ideia de neutralidade dos sujeitos sobre seus objetos de pesquisa), encarando-as com descrédito (PEDRO, 2010, p. 270). A autora aponta que a mesma desconfiança e descrédito, nesse momento, já não recaía mais sobre categorias como "classe" e "raça/etnia".

A proposição do conceito de gênero como categoria fundamental de análise dentro de uma perspectiva relacional surge como proposta de derrubada das paredes desses, que foram chamados de "guetos feminino", na busca pela conquista de um espaço de reflexão mais amplo e abrangente, que incorporasse não só mulheres, mas a comunidade científica como um todo.

Só que os desafios propostos a partir da definição de gênero tratavam-se também de uma luta tanto no plano teórico-metodológico, quanto no próprio espaço das instituições científico-acadêmicas, como as Universidades. O sucesso do objetivo do gênero enquanto categoria de análise e campo de estudos dependia do verdadeiro

aprofundamento das reflexões teórico-metodológicas em torno do conceito, além de uma ampla disseminação e divulgação da produção, resultante desse campo, com outras áreas do saber (COSTA, SARDENBERG, 1994, pp. 393-394). Foi diante deste cenário e com essa proposta que surgiu a REF.

A partir do seminário “Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas” em novembro de 1990 – realizado na cidade de São Roque/SP –, promovido pela Fundação Carlos Chagas, diante da fertilidade da temática de estudos sobre/feito por mulheres e, diante do diagnóstico de inexistência de qualquer centro-referência para divulgação de uma revista científica específica ao debate sobre feminismos e estudos de gênero no Brasil, que a REF foi pensada.

Conforme disse a autora Albertina Costa (2004), encontros como esse são cristalizados e transformados em marcos, na medida que são a materialidade de interesses coletivos, bem como aglutinam aspirações e demandas que, ou se encontravam conflituosas e dispersas, ou estavam sem canais de expressão para serem compartilhadas (COSTA, 2004, p. 5)

Como publicação itinerante em seu início em 1992 no Rio de Janeiro, passou pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e, posteriormente, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Albertina Costa afirma que a proposta original era a que a Revista deveria ser um porta voz da comunidade acadêmica de estudos de gênero e não estaria vinculada a uma instituição específica, por isso o deslocamento.

Para expressar de modo claro esta identidade independente propunha-se uma rotatividade de instituições que acolheriam a publicação. Este eixo central da identidade da Revista contemplou os ideais generosos de democracia, de alternância e de autonomia valorizados pelas feministas, mas tornou problemática a construção institucional e a continuidade, a captação de recursos, o que gerou instabilidade, com potenciais crises (COSTA, 2004, p. 209)

Diante disso, a REF se estabilizou quando relocada para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1999, sediada na UFSC/CFCH/CCE (Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão). No contexto de crescimento acadêmico do gênero, surge a Revista Estudos Feministas (REF) em 1992 como a primeira revista acadêmica deste campo no Brasil, seguida pelos Cadernos Pagu – Unicamp e abrindo caminho para outras.

Como reflexo do cenário intelectual das conjunturas acadêmico-científicas na modernidade, Lucila Scavone (2013) pontua que a revista se consolidou em um momento no qual a produção intelectual sobre as questões de gênero e feministas começava a crescer no país, o que favoreceu sua projeção, recebendo,

O apoio institucional/financeiro dos Programas de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero subvencionados pela Fundação Carlos Chagas/Ford (1978-1998) e a criação de Núcleos de Pesquisa nas Universidades e Grupos de Trabalho nas Associações de Pós-Graduação foram, sem dúvida, elementos propiciadores do crescimento da produção científica do campo de estudos de gênero no Brasil. (SCAVONE, 2013, p. 588)

Cabe então partir para o raciocínio de quais as possíveis aproximações e distanciamentos estabelecidos entre a REF e a produção científica feminista nela divulgada, com o movimento feminista e as pautas do contexto, a começar pelo seu nome.

Albertina Costa (2004) fazendo o retrospecto, afirma, tal qual Joana Maria Pedro (2010), que à época, “gênero” era um termo novo no Brasil, conseqüentemente, polêmico. O comitê da revista, composto por Albertina Costa, Heloisa Buarque de Hollanda, Lena Lavinias, Maria Odila Leite da Silva Dias, Bila Sorj, Maria Luiza Heilborn, Maria Lucia Mott e Mary Garcia Castro, grandes nomes da comunidade acadêmica que estava engajada com os estudos feministas e de gênero, achou por bem contemplar a vanguarda e não causar estranheza, e manter como Revista Estudos Feministas o título do periódico acadêmico-feminista que estava a se lançar. (COSTA, 2004, pp. 207-208). Daí já se iniciou o desafio/proposta de dialogar com os feminismos da época, já compreendidos por elas no plural.

Sobre propósito, segundo a autora, a criação da Revista estava baseada em dois principais argumentos:

(...)a inexistência no Brasil de uma revista acadêmica que cumprisse a função de divulgar, ampliar e aprimorar a reflexão sobre gênero (a revista *Cadernos Pagu* aparecerá em 1993 vindo a corroborar a existência de uma demanda reprimida por espaços de publicação), ausência inexplicável, uma vez que este campo de estudos havia demonstrado um crescimento vigoroso e vinha contribuindo para a renovação das Ciências Sociais. O segundo argumento vinha refinar o anterior, partia da constatação que ao expressivo crescimento da literatura acadêmica sobre gênero correspondia uma circulação relativamente marginal desta produção restrita aos estudiosos da temática. Este argumento mais tortuoso apontava a necessidade de um veículo específico para a temática, para expandir e aperfeiçoar o diálogo com os diferentes campos do conhecimento. (COSTA, 2004, p. 208)

Tais argumentos são ressaltados no editorial de número zero da REF, publicado em 1992, em que está afirmado que:

A criação da REF, além de servir de expressão dos movimentos sociais de mulheres, pretende antes de mais nada difundir os conhecimentos de ponta na área de estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudos não apenas entre especialistas, mas também entre este e os demais campos de conhecimento (LAVINAS, 1992, p. 3)

Segundo Costa (2004), a ambição da Revista era de levar os estudos de gênero para o *mainstream* das Ciências Sociais e a maior preocupação de seu comitê editorial (do qual a autora fazia parte), sempre foi a excelência, já que o campo era alvo de ataques e desconfiança vindos de diversos lugares. Além disso, pretendiam que público preferencial fosse mais amplo que a comunidade acadêmica, assim, a revista buscava contemplar o movimento social com “(...)argumentos consistentes e tencionava ter impacto nas políticas públicas. Seu formato contemplava uma sessão de artigos e um dossiê abarcando diversas contribuições a respeito de temas candentes para o movimento de mulheres” (COSTA, 2004, p.209).

No levantamento feito para esta pesquisa, podemos observar, a partir do Quadro 1, quais foram as temáticas focalizadas nos 14 dossiês publicados pela REF nos anos 90, sendo elas: “Mulher e Meio Ambiente”, “Mulher e Violência”, “Mulher e Direitos Reprodutivos”, “Leila Diniz”, “O Feminismo Hoje”, “A 4ª Conferência Mundial da Mulher”, “Mulheres Negras”, “Ações Afirmativas”, “Políticas Públicas e Pobreza”, “Gênero e Velhice”, “Aborto”, “Novas Tecnologias Reprodutivas”, “Masculinidades” e “Mulheres Indígenas”.

Pensando, já de início, nas categorias acionadas nos títulos, confirma-se o argumento de Joana Maria Pedro (2005) se tratando das categorias emergentes na historiografia brasileira dos anos 80 em 90 no contraste com o cenário internacional. É possível perceber, a partir da REF que, de fato, a categoria “mulher” não foi substituída ao passo que emergiam novas outras, mas como podemos observar, foi mantida no debate, já que, segundo a autora, estas categorias efervesceram simultaneamente nos países do Cone Sul (PEDRO, 2005, p. 274). Ainda, se analisarmos mais trechos do editorial de número zero da revista, será possível compreender melhor as proposições de Pedro.

(...)Trata-se de um projeto coletivo, que hoje ganha forma pela determinação e competência de pesquisadoras – quase só mulheres, ainda – que, nesses últimos vinte anos, de Norte a Sul do país, contribuíram para renovar o conhecimento nas Ciências Humanas e

Sociais a partir da reflexão sobre o lugar historicamente subordinado das mulheres na sociedade. (LAVINAS, 1992, p. 3)

Aqui percebemos que, apesar do título do dossiê temático deste número acionar a categoria “mulher”, já no editorial de número zero constava a noção de “mulheres”, não mais no singular, mas no plural, para pensar seus lugares de subordinação, também pensados no plural. Isto é sinal de que aquele conjunto de mulheres fundadoras da revista estaria atento às discussões demandadas por diversos movimentos de mulheres e feministas, como esta, que no Brasil pode ser identificada nos anos 80 a partir da mobilização de mulheres negras na luta para quebrar a noção hegemônica e singular de “feminista”, que não contemplava a sua realidade e a de muitas outras, passando a propor a intersecção de “gênero” com questões de “raça/etnia”, “classe” e “sexualidade” (ALVAREZ, 2014, pp. 23-24). Adiante falaremos de um dossiê que foi dedicado exclusivamente a esta discussão.

Sônia Weidner Maluf (2004) se propôs a discutir a seção de dossiês da Revista Estudos Feministas, desde o seu surgimento em 1992, fazendo uma análise com enfoque nas suas temáticas, e no que os dossiês representam, em linhas gerais, na revista. A autora afirma que os dossiês são uma seção da REF com propósito de estabelecer diálogo entre a produção acadêmica e intelectual, e a militância, o ativismo e as políticas feministas sobre temas específicos.

São publicados tanto artigos e ensaios no estilo acadêmico, trazendo análises e reflexões teóricas quanto outros gêneros textuais, como testemunhos, relatos, entrevistas, entre outros, buscando dar uma panorâmica do tema em questão e defrontando reflexão teórica com práticas, ações e políticas feministas. (MALUF, 2004, p. 235)

O argumento apresentado por Maluf (2004), pode ser somado ao que verificamos constar no primeiro editorial da revista; o esforço desse coletivo fundado por mulheres para estabelecer o diálogo entre a “teoria” e a “práxis”. A autora ainda afirma que é analisando os dossiês da revista que podemos ter mais visibilidade do que está sendo tencionado, dos fluxos e refluxos dessas pontes (ou tentativas), entre ativismo e produção acadêmica. Para Sônia Maluf, esta questão perpassa a revista como um todo e é o que constitui o próprio campo dos estudos feministas,

(...)não apenas pelas trajetórias de muitas mulheres, hoje professoras e pesquisadoras, que foram protagonistas dos movimentos de lutas que antecederam e ajudaram a formar os estudos feministas e de gênero,

mas também pelas implicações políticas e epistemológicas da própria existência dos estudos feministas (MALUF, 2004, p. 235).

Conforme apontado anteriormente, outra crítica feita com relação à produção acadêmica das feministas sobre estudos de gênero, pela militância, era de que esta despolitizava as mulheres e as afastava da materialidade das opressões cotidianas, levando tudo para uma assimilação simbólica. Podemos pensar que, pelas temáticas dos dossiês da revista, encontra-se a proposta de debater pautas concretas, advindas de demandas e pautas dos movimentos de mulheres e feministas nos anos 80 e 90, tal como nos dossiês “Mulher e Violência” v.1, n.1/1993, “Mulher e Direitos Reprodutivos” v.1, n.2/1993, “Mulheres Negras” v.3, n.2/1995, “Ações Afirmativas” v.4, n.1/1996, “Políticas Públicas e Pobreza” v.4, n.2/1996, “Aborto” v.5, n.2/1997, ou “Mulheres Indígenas” v.7, n.1 e 2/1999. Novamente citando, Sônia Maluf (2004) se debruçou a fazer uma análise detalhada de como os dossiês fazem vínculos com as conjunturas políticas e sociais a nível transnacional.

A título de exemplo, no segundo dossiê intitulado “Mulher e Violência” v.1, n.1/1993, a autora afirma que toda a posição política da revista, desde o seu editorial, diz respeito à “(...)revisão Constitucional e à revisão do Código Civil, focando nas mudanças que deveriam ser implementadas favoravelmente às mulheres” (MALUF, 2004, p. 237). No terceiro dossiê, com a temática “Mulher e Direitos Reprodutivos” v.1, n.2/1993, também desde o editorial, situa-se o contexto do debate proveniente do ativismo, simultaneamente a duas grandes conferências promovidas pela ONU que estavam a ser preparadas, sendo elas: a III Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CAIRO – 1994), e a Conferência das “duas décadas de comemoração” do Ano Internacional da Mulher (Beijing – 1995). Segundo Maluf, este foi o maior dossiê do período inicial da REF (MALUF, 2004, p. 237). Outro exemplo, mais adiante, seria do dossiê mais extenso já publicado pela REF, segundo a autora, o “Mulheres Negras” v.3, n.2/1993, que em seu editorial já explicitava a seriedade e importância do debate, proposto “(...)por mulheres negras que compunham na época o Conselho Constitutivo e o Comitê Editorial da REF”, além do reconhecimento de ser uma reflexão que estava se iniciando na revista (MALUF, 2004, p. 237).

O dossiê Mulheres Negras vem em boa hora preencher uma lacuna na trajetória da REF. Trazendo uma reflexão mais detida e sistemática sobre as relações de gênero e raça em suas articulações de desigualdade e assimetria na sociedade brasileira esta seção apresenta uma produção majoritariamente de autoria de pesquisadoras negras(...) a reflexão aqui proposta parte de análises e ensaios que buscam trazer

dados sobre inserção da população negra feminina no país salientando o seu grau de exclusão social(...) A escolha do tema também reconhece que o movimento de mulheres negras representa a face mais ativa e dinâmica da organização atual das mulheres brasileiras. (HEILBORN, 1995, p. 302)

Estes exemplos foram dados a fim de firmar o argumento de que os temas publicados nos dossiês atendem o apelo de várias pesquisadoras quanto a urgência de integrar essas dimensões nas análises que procedem sobre a sociedade brasileira, e se ligam, segundo Sônia Maluf (2004) a: 1) conjuntura passada pelo movimento feminista concomitantemente com grandes eventos nacionais ou internacionais ou debates parlamentares e políticas que tangenciam mulheres; 2) áreas como a da saúde e direitos reprodutivos, e as que receberam grande reconhecimento e financiamento de órgãos e instituições; 3) temas relacionados às lutas por políticas públicas e também às temáticas da ação feminista no momento; 4) temas que aglutinam o interesse de pesquisadoras de diferentes áreas, e que trazem discussões sobre questões contemporâneas, a partir da reflexão acadêmica; 5) arte e a cultura; (MALUF, 2004, pp. 240-241).

Para além dos dossiês, a Revista Estudos Feministas era formatada mediante a divisão de artigos livres, ensaios, resenhas e pontos de vista. Sobre os demais dados, o levantamento totalizou a soma de 85 artigos da seção livre. Abrir a proposta de artigos publicados fora das temáticas estabelecidas por um edital de dossiê pode simbolizar aquilo que está descrito como sendo um dos objetivos da revista: além de não monopolizar os debates em torno de uma instituição (já mencionado anteriormente), o de servir como canal de expressão e dar forma ao conhecimento produzido em vinte anos pelas pesquisadoras, de Norte a Sul do Brasil, a fim de sempre renovar os saberes nas Ciências Humanas, difundindo pesquisas de ponta nesta área, entre os mais diversos campos de conhecimento.

Outro ponto diz respeito à publicação de resenhas. Nestes 15 volumes da revista foram publicadas 133 resenhas, sendo elas de livros nacionais e/ou internacionais. Estes dados trazidos aqui não podem ser ignorados, uma vez que materializaram todo o propósito, alcance e engajamento da REF nos anos 90. Isto sinaliza que a revista não perdeu de vista seu foco tanto de incentivar o diálogo entre países, trazendo em seu encarte resumos em inglês e francês dos artigos, promovendo o que se chamou de intercâmbio intelectual, quanto de garantir o acesso das brasileiras às publicações internacionais, na tentativa de democratizar o conhecimento produzido na academia. Somado a tudo isso, em 15 volumes foram publicados 12 pontos de vista, como uma

maneira de assegurar o diálogo do campo dos estudos de gênero no Brasil com a perspectiva de vanguarda, com temática também aberta.

Ademais, em todos os números publicados, a equipe editorial deixou espaço para a divulgação da agenda feminista, tanto acadêmica, quanto de outros espaços, onde eventos partidários, de ONGs, da área da saúde, eventos acadêmicos promovidos pelas mais diversas áreas, e das mais diversas localidades, tinham a possibilidade de serem propagados com a projeção de nível nacional e internacional.

Joana Maria Pedro e Marisa Barlleto (2019) identificando estas relações de tensão e colaboração entre academia e movimento de mulheres e feministas, afirmaram que algumas militantes costumam dizer que as acadêmicas crescem em suas carreiras em vista da pesquisa que fazem utilizando do conhecimento produzido pelo movimento, atribuindo às militantes uma visão utilitarista na produção acadêmica. Mas as autoras contrapõem que historicamente o movimento feminista tem usado da produção feita na academia para legitimar seus discursos, seus projetos, e suas práticas em muitos embates políticos, bem como viabilizam a cotação de recursos para seus projetos (PEDRO, BARLLETO, 2019, p. 11). Assim, os conhecimentos produzidos na academia pelas feministas acadêmicas são acionados em embates e enfrentamentos de grupos opostos para a construção de argumentos que desqualificam discursos de cunho essencialista e contra os direitos humanos, por exemplo. Isto representa mais um sinal de aproximação entre “teoria” e “práxis”, e contribuição mútua entre movimento feminista e produção feminista acadêmica.

A apropriação dos argumentos construídos na academia por movimentos de mulheres e feministas tem possibilitado diferentes estratégias na sua articulação política, como para elaborar políticas públicas atendendo suas próprias demandas, para demandar mais editais de órgãos financiadores nacionais e internacionais o mesmo para legitimar suas faltas diante de seus companheiros dentro do próprio movimento (PEDRO, BARLLETO, 2019, p. 12). Exemplo disso está na criação de leis como a Lei Maria da Penha nº11.340/2006, ou a Lei do Feminicídio nº13.104/2015; as mudanças no código penal que retiraram a expressão "mulher honesta"; ou a incorporação das discussões de gênero e sexualidade ao Plano Nacional de Educação (PEDRO, BARLLETO, 2019, pp. 13-14)

Outro exemplo dado pelas autoras dessa aliança é o fato de que, não somente militantes são convidadas a conceder entrevistas e compor os comitês dos eventos acadêmicos, como também pesquisadoras acadêmicas são comumente convidadas para participarem de encontros de mulheres, servidoras públicas, professoras, agriculturas,

partidárias e etc., já que a presença da pesquisadora vinda da academia tem a função de legitimar o discurso delas, fornecendo argumento e história para aquilo que elas estão dizendo e lutando. Pedro e Barllete (2019), discordando que o feminismo morreu no final dos anos 80, apontam que com a chamada “primavera das mulheres” foi possível observar, nas ruas de inúmeras cidades brasileiras, a emergência de uma nova caracterização dos feminismos brasileiros, protagonizados principalmente por mulheres negras e trazendo na sua pauta antigas reivindicações e novas demandas. As autoras entendem que essa onda não tenha surgido do nada, mas sim, diante de uma ameaça da perda de direitos em vista do cenário conservador, como também evidência de todo esse trabalho feito desde o final dos anos 80, nas diferentes instituições por feministas, sejam elas professoras, pesquisadoras, militantes, estudantes, e etc.

Foi justamente esse esforço via institucionalização, e que também está divulgado em centenas de páginas da Revista Estudos Feministas, que tem legitimado “mulheres”, “gênero”, “feminismos”, “sexualidade”, “interseccionalidade”, e “queer”, como categorias de análise reconhecidas no ambiente científico, passíveis de serem usadas como recurso para a defesa discursiva e institucional dos movimentos feministas e de mulheres. O resultado desta proposta e esforço é passível de se observar em alguns dos dossiês propostos na REF nos 20 anos que se seguiram, como: “III Conferência Mundial Contra o Racismo” v.10, n.1/2002, “Conjugalidades e Parentabilidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros no Brasil” v.14, n.2/2006, “120 Anos da Abolição da Escravidão no Brasil: Um Processo Inacabado” v.16, n.3/2008, “Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar” v.19, n.2/2011, “Artes Visuais: Diálogos com Estudos Feministas, Trans, Queer” v.3, n.1/2015, e etc.

Destacam-se também contribuições dos estudos de mulheres e feministas para a própria historiografia, uma vez que foram os estudos de gênero e feministas que questionam relações de opressão tidas como naturais e, dessa forma, desnaturalizam desigualdades. Além disso possibilita a elaboração da história do próprio movimento feminista, na busca por críticas, revisionismo e a percepção das diferenças nas formas de organização e das mudanças de palavras de ordem e pautas conforme o passar do tempo.

Ao invés de cristalizar uma noção única de feminismo e pensar que estes ideais e estas ações tenham morrido apenas porque as configurações não são as mesmas das décadas anteriores, entende-se esse momento como o de reconfiguração e de outras formas de atuação, ainda feministas. É nesta pluralização, de debates e embates, que reside a dimensão constitutiva dos feminismos, além da certeza da renovação

permanente. Renovação tanto do campo dos estudos de gênero, que visa construir novas institucionalidades, novas práticas e novas metodologias para a quebra de modelos tradicionais androcêntricos dominantes na universidade e nas ciências ante os questionamentos negacionistas e essencialistas, quanto do movimento feminista, nas lutas anti-hegemônicas e contra toda forma de opressão das mulheres nos âmbitos da saúde e sexualidade, do mercado de trabalho, do público ao privado. Todo esse movimento requer, imprescindivelmente, a mútua colaboração entre militância e produção acadêmica.

Formar uma consciência crítica sobre a problemática do gênero visando a melhoria da condição feminina na sociedade requer, além de sensibilidade, o aprofundamento das mais variadas facetas em que se manifesta a opressão sobre a mulher, e o esforço de compreender a complexidade dessa opressão tem sido feito nos núcleos de pesquisa sobre gênero e mulheres nas universidades, e instrumentalizado em periódicos científicos como a REF.

Referências

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n.43, p.13-56. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 3, fev. 2021.

COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: Primeira fase, locação Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, vol.12, n. ° especial/2004, p.205-210. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300022>. Acesso em: 3, fev. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília. M. B. Teorias e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Estudos feministas*, 1994, p.386-400. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171>. Acesso em: 3, fev. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDEMBERG, Cecília Maria B.; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: *Presidência da República: Pensando gênero e ciência*. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas — 2009-2010. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p.57-72.

HEILBORN, Maria Luiza. Editorial. *Estudos Feministas*, v.3, n.1, 1995, p.5-6. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16907>. Acesso em: 2, fev. 2021.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p.183-221.

LAVINAS, Lena. Editorial. *Estudos Feministas*, v.0, n.0, 1992, p.3-4. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15798/14291>. Acesso em: 3, fev, 2021.

MALUF, Sônia Weidner. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004, p.235-243. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300025>. Acesso em: 3, fev. 2021.

PEDRO, Joana Maria; BARLETTO, Marisa. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. *Revista Feminismos*, v. 7, 2019, p. 1-16. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/download/31863/21190>. Acesso em: 3, fev. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.22, jan-jun. 2011, p.270-283. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000100270. Acesso em: 3, fev. 2021.

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 587-596, maio-agosto/2013, p.587-596. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200010>. Acesso em: 3, jan. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995. p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 3, jan.2021.

SILVA, Tamy Amorim. “O Feminismo veio para ficar... nós não vamos sair mais”. In: *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)* / 2019 [recurso eletrônico] / Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná, Soraia Carolina de Mello (Organizadores.). - 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019, p.16-34. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201257/Cristina%20Wolff%20e%20Jair%20Zandon%C3%A1_com%20capa.pdf?sequence=6. Acesso em: 3, jan. 2021.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, n. 54, 2007. p. 281-300. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 3, fev. 2021.

¹ Artigo escrito a partir dos resultados de uma pesquisa em andamento, intitulada “O lugar da História e das historiadoras na Revista Estudos Feministas”, desenvolvida com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).